



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Gregório Diniz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 9 (set. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,4 bilhões, contra superávit de R\$ 2,5 bilhões, em agosto. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 14,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 9,4 bilhões e R\$ 68,2 milhões, respectivamente.

Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,4 bilhões, contra superávit de R\$ 2,5 bilhões, em agosto.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	AGO		SET		JAN - SET	
	2011	2011	2010	2011	2010	2011
I. RECEITA TOTAL	74.965,2	78.476,1	676.709,8	723.592,5		
I.1. Receitas do Tesouro	54.293,8	58.472,3	528.994,6	551.624,1		
I.1.1. Receita Bruta	56.611,4	59.909,5	538.835,4	562.226,9		
I.1.1.1. Impostos	25.321,3	25.435,0	211.513,5	259.684,9		
I.1.1.2. Contribuições	23.171,2	22.753,7	178.365,1	214.516,1		
I.1.1.3. Demais	8.118,9	11.720,8	148.956,8	88.025,9		
d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	74.807,6	0,0		
I.1.2. (-) Restituições	-2.316,7	-1.336,7	-9.742,1	-10.353,2		
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-0,9	-100,4	-98,6	-249,6		
I.2. Receitas da Previdência Social	20.450,9	19.793,4	145.960,9	170.112,1		
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano	19.978,4	19.309,4	142.467,8	166.172,2		
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural	472,5	484,0	3.493,2	3.939,9		
I.3. Receitas do Banco Central	220,4	210,5	1.754,2	1.856,2		
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.188,4	9.633,4	99.610,6	122.705,9		
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	60.776,8	68.842,7	577.099,1	600.886,6		
IV. DESPESA TOTAL	58.309,2	63.467,3	521.399,6	525.687,9		
IV.1. Despesas do Tesouro	33.653,5	34.044,8	333.513,0	318.264,9		
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	13.501,5	13.705,2	119.798,0	131.594,8		
IV.1.2. Custeio e Capital	19.965,0	20.158,4	212.801,5	185.080,2		
IV.1.2.1. Despesa do FAT	3.113,7	3.242,3	22.390,3	25.963,4		
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	588,6	501,8	6.342,7	7.628,6		
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.092,8	2.098,6	16.546,4	18.557,2		
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	42.927,8	0,0		
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.169,8	14.315,6	124.594,3	132.931,0		
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	10.677,8	10.990,6	92.381,7	101.581,8		
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.492,0	3.325,0	32.212,6	31.349,2		
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	187,0	181,3	913,5	1.589,9		
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	24.376,9	29.143,8	185.728,9	204.999,4		
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano	18.258,9	23.532,0	144.752,6	160.105,9		
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural	6.118,0	5.611,9	40.976,3	44.893,5		
IV.3. Despesas do Banco Central	278,8	278,6	2.157,7	2.423,5		
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	0,0		
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	2.467,6	5.375,4	55.699,6	75.198,7		
VI.1. Tesouro Nacional	6.451,9	14.794,0	95.871,0	110.653,3		
VI.2. Previdência Social (RGPS)	-3.926,0	-9.350,4	-39.767,9	-34.887,3		
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano	1.719,4	-4.222,5	-2.284,8	6.066,2		
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural	-5.645,5	-5.127,9	-37.483,1	-40.953,6		
VI.3. Banco Central	-58,3	-68,2	-403,5	-567,3		
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,08%	2,51%		

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - SET %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas*	31,1%	6,9%
Tesouro*	35,7%	4,3%
Previdência	17,0%	16,5%
Transferências	9,9%	23,2%
Receita Líquida*	35,7%	4,1%
Despesas**	27,3%	0,8%
Benefícios	13,6%	10,4%
Pessoal	9,3%	9,8%
Custeio, Capital e Outros**	59,0%	-13,0%
FAT	8,1%	16,0%
Subsídios	149,3%	20,3%
LOAS/RMV	17,8%	12,2%
Outras	29,1%	6,7%
Custeio	21,6%	10,0%
Capital	56,6%	-2,7%
PIB	16,1%	11,6%

*Inclui receita de cessão onerosa de exploração de petróleo;

**Inclui despesa de capitalização da Petrobras

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	25,24%	24,19%
Transferências	3,72%	4,10%
Receita Líquida	21,53%	20,09%
Despesa Total	19,45%	17,57%
Resultado Primário	2,08%	2,51%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve aumento de R\$ 3,3 bilhões (5,8%), passando de R\$ 56,6 bilhões, em agosto, para R\$ 59,9 bilhões, em setembro. Este comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes

fatores: i) aumento de R\$ 3,6 bilhões em demais receitas do Tesouro, em função, principalmente, do aumento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) aumento de R\$ 346,5 milhões no ITR, decorrente do pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2010; iii) aumento de R\$ 291,9 milhões na arrecadação de IPI; e iv) decréscimo de R\$ 304,3 milhões na Cofins, R\$ 276,6 milhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 246,8 milhões na CSLL.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,6 bilhões em setembro, contra R\$ 14,2 bilhões no mês anterior, registrando decréscimo de 32,1%, decorrente do decréscimo de R\$ 2,6 bilhões nas demais transferências, como consequência da redução de R\$ 2,0 bilhões nas transferências de royalties de petróleo instituídas pela Lei nº 9478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 7,9 bilhões, com diminuição de 19,7% frente a agosto.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/11	SET/11
Constitucionais (IR/PI/outros)	9.802,4	7.869,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	4.223,5	1.601,5
Total	14.188,4	9.633,4

¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se aumento de R\$ 391,3 milhões (1,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a agosto. Desse crescimento, R\$ 203,7 milhões refere-se ao aumento observado nos gastos com pessoal e encargos sociais. Entre as demais variações, destaca-se o crescimento de R\$ 156,4 milhões nas despesas do FAT referentes a abono e seguro desemprego, de acordo com o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011.

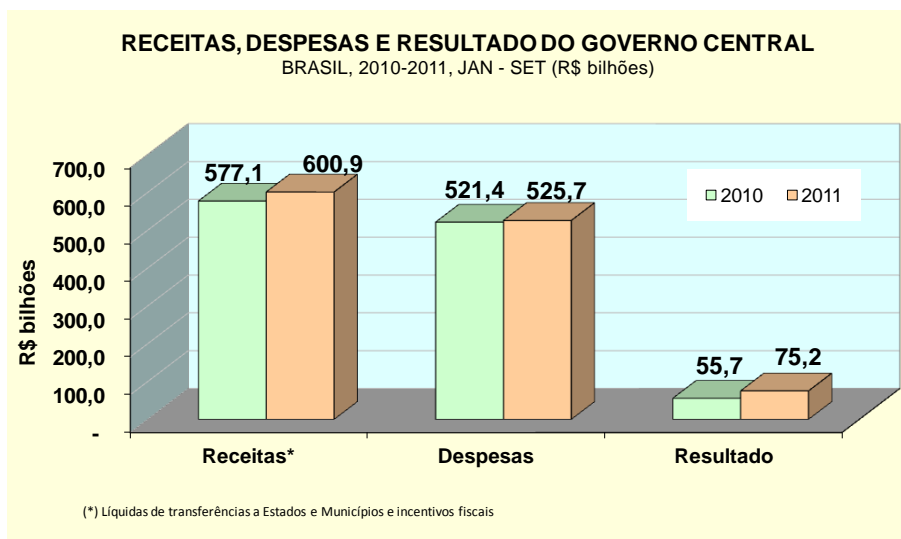
As despesas discricionárias atingiram R\$ 12,0 bilhões, registrando crescimento de R\$ 766,3 milhões, com destaque para o aumento das despesas dos Ministérios da Saúde (R\$ 572,0 bilhões) e da Defesa (R\$ 127,5 milhões). O Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentou redução de R\$ 133,9 milhões em suas despesas, frente ao mês de agosto.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	676.709,8	723.592,5
Transferências	99.610,6	122.705,9
Receita Líquida	577.099,1	600.886,6
Despesa Total	521.399,6	525.687,9
Resultado Primário	55.699,6	75.198,7

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 9,4 bilhões, contra déficit de R\$ 3,9 bilhões apurado em agosto. A receita líquida do RGPS diminuiu R\$ 657,5 milhões. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 4,8 bilhões devido, principalmente, ao pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal a cerca de metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3o, da Lei no 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 4,2 bilhões no mês, contra superávit de R\$ 1,7 bilhão, em agosto. A parcela rural apresentou, em setembro, déficit de R\$ 5,1 bilhões, contra R\$ 5,6 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central atingiu R\$ 75,2 bilhões frente a um superávit de R\$ 55,7 bilhões, no mesmo período de

2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 19,5 bilhões ou 35,0%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 14,8 bilhões (15,4%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 4,9 bilhões (12,3%) no déficit da Previdência Social.



No acumulado de janeiro a setembro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 75,2 bilhões, superior em R\$ 19,5 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010.

A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a setembro de 2011, apresentou crescimento de R\$ 23,4 bilhões (4,3%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 13,8 bilhões, 21,4%) e da CSLL (R\$ 11,7 bilhões, 34,7%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R\$ 3,1 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 16,4 bilhões, 16,3%) e PIS/Pasep (R\$ 4,6 bilhões, 17,4%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 16,0 bilhões, 22,5%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 7,6 bilhões, 17,6%), Rendimentos do Capital (R\$ 5,9 bilhões, 38,7%) e Remessas ao Exterior (R\$ 1,8 bilhão, 22,9%); e iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 5,9 bilhões, 21,0%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária.

As demais receitas apresentaram redução de R\$ 60,9 bilhões em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receitas do Tesouro*	19,73%	18,44%
Transferências	3,72%	4,10%
Despesas do Tesouro	12,44%	10,64%
FSB	0,00%	0,00%
Resultado Primário	3,58%	3,70%

* Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Houve elevação de R\$ 23,1 bilhões (23,2%) nas transferências a Estados e Municípios de janeiro a setembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

No período de janeiro a setembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 23,1 bilhões (23,2%). A referida evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 19,3 bilhões (26,0%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 2,9 bilhões (73,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

As despesas do PAC cresceram R\$ 3,7 bilhões (25,9%) em 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

No período de janeiro a setembro de 2011, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R\$ 15,2 bilhões (4,6%) frente ao mesmo período de 2010 em função, principalmente, da despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida em 2011. Destacam-se também os aumentos: i) de R\$ 11,8 bilhões (9,8%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,07 p.p); ii) de R\$ 6,9 bilhões (7,2%) nas despesas discricionárias; iii) de R\$ 3,7 bilhões (25,9%) nas despesas do PAC; e iv) de R\$ 2,0 bilhões nas despesas com LOAS/RMV (12,2%).

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 4,9 bilhões (12,3%) relativamente ao período de janeiro a setembro de 2010, atingindo o equivalente a 1,17% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,48% do PIB em igual período de 2010.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 4,9 bilhões (12,3%) quando comparado o período de janeiro a setembro de 2010, alcançando R\$ 34,9 bilhões, frente aos R\$ 39,8 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 24,2 bilhões (16,5%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 19,3 bilhões (10,4%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 6,1 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 41,0 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 59,9 bilhões em setembro, contra R\$ 56,6 bilhões verificados em agosto de 2011 (aumento de 5,8%). Este comportamento é explicado pelo aumento de R\$ 3,6 bilhões em demais receitas do Tesouro e de R\$ 113,7 milhões em impostos, dado que as receitas de contribuições apresentaram redução de R\$ 417,6 milhões.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 25,4 bilhões e as de contribuições R\$ 22,8 bilhões, apresentando em seu conjunto queda de R\$ 303,9 milhões (1,4%) em relação aos valores apurados em agosto. Esse resultado reflete o decréscimo de R\$ 304,3 milhões (2,2%) na Cofins, R\$ 276,6 milhões (4,5%) na arrecadação do IRPJ e de R\$ 246,8 milhões (7,4%) na CSLL. Em relação ao mês anterior, destaca-se o pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2010 no montante de R\$ 359,4 milhões.

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 3,6 bilhões (44,4%), tendo sido influenciadas, principalmente, pelo aumento de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação de dividendos, destacando-se os acréscimos de R\$ 2,1 bilhões relativos ao BNDES e de R\$ 1,4 bilhão da Caixa.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,8% de janeiro a setembro de 2011, dos quais 8,7% correspondem à arrecadação de impostos, 7,2% à de contribuições e 2,9% às demais receitas.

Na comparação com o período de janeiro a setembro de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 23,4 bilhões (4,3%), passando de R\$ 538,8 bilhões para R\$ 562,2 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial; ao recolhimento de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial, bem como à alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010 e da consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 13,8 bilhões (21,4%) no IRPJ e de R\$ 11,7 bilhões (34,7%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou aumento de 5,8% relativamente ao mês anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/11	SET/11
Impostos	25.321,3	25.435,0
Imposto de Renda	16.159,8	15.873,1
IPI	3.781,8	4.073,7
Outros	5.379,7	5.488,2
Contribuições	23.171,2	22.753,7
Cofins	13.834,0	13.529,7
CPMF	32,2	7,9
CSLL	3.335,1	3.088,4
Cide - Combustíveis	847,6	911,9
Outras	5.122,3	5.215,7
Demais	8.118,9	11.720,8
Cota parte	1.415,5	1.417,3
Diretamente Arrecadada	2.401,9	2.586,4
Dividendos da União	932,1	4.589,3
Concessões	11,4	14,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	3.358,1	3.103,3
Total Bruto	56.611,4	59.909,5

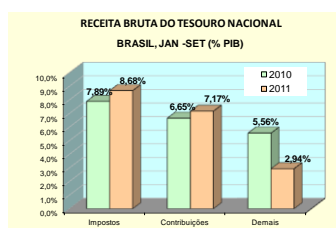
* Os valores referentes a retenção na fonte e Refito foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de janeiro a setembro de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	7,89%	8,68%
Imposto de Renda	5,55%	6,11%
IPI	1,05%	1,14%
Outros	1,28%	1,43%
Contribuições	6,65%	7,17%
Cofins	3,75%	3,91%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,26%	1,52%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,23%
Outras	1,43%	1,50%
Demais	5,56%	2,94%
Cota parte	0,70%	0,72%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,83%
Dividendos da União	0,63%	0,58%
Concessões	0,02%	0,06%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	2,79%	0,00%
Outras	0,66%	0,75%
Total Bruto	20,10%	18,79%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Retfis foram distribuídos nos respectivos tributos.



As demais receitas apresentaram redução de R\$60,9 bilhões em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011. Excluído esse efeito, tais receitas cresceram R\$ 13,9 bilhões.

- reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 3,1 bilhões, aplicados sobre depósitos da Lei nº 11.941/2009.
- b) crescimento de R\$ 16,0 bilhões (22,5%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 7,6 bilhões (17,6%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,8% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a agosto de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 5,9 bilhões (38,7%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a setembro de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 42,6% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 37,1% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 1,8 bilhão (22,9%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- c) incremento de R\$ 16,4 bilhões (16,3%) na Cofins e de R\$ 4,6 bilhões (17,4%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 12,2% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a agosto de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; e ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral.
- d) incremento de R\$ 5,9 bilhões (21,0%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 28,1% no valor em dólar das importações tributadas e de 7,8% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 8,3% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como da reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, de R\$ 111 milhões e de R\$ 436 milhões, respectivamente, nos meses de janeiro, abril e julho de 2011, aplicados sobre depósitos da Lei nº 11.941/2009.
- e) crescimento de R\$ 4,5 bilhões (23,9%) na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R\$ 60,9 bilhões (40,9%), em relação ao período de janeiro a setembro de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011; ii) aumento de R\$ 4,6 bilhões (22,5%) nas receitas

diretamente arrecadadas; iii) crescimento de R\$ 3,9 bilhões (36,8%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º, da lei (redução nos montantes de multas e juros); iv) aumento de R\$ 2,9 bilhões (15,3%) em cota parte de compensações; e v) incremento de R\$ 1,3 bilhão (235,2%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente o montante de R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B).

Em setembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 9,6 bilhões, contra R\$ 14,2 bilhões no mês anterior, apresentando redução de R\$ 4,6 bilhões (32,1%). Esse comportamento resulta de: i) decréscimo de R\$ 2,6 bilhões nas demais transferências, como consequência da redução de R\$ 2,0 bilhões nas transferências de royalties de petróleo instituídas pela Lei nº 9478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural; e ii) redução de R\$ 1,9 bilhão nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros).

No período de janeiro a setembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 23,1 bilhões (23,2%), elevando-se de R\$ 99,6 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2010, para R\$ 122,7 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 19,3 bilhões (26,0%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 2,9 bilhões (73,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/11	SET/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.802,4	7.869,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	4.223,5	1.601,5
Total	14.188,4	9.633,4

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Ago	Set
Terceiro Decêndio	13.568,3	9.032,0
Primeiro Decêndio	1.906,4	1.936,4
Segundo Decêndio	6.028,9	6.198,5
Total	21.503,5	17.167,0

¹ Inclui valores transferidos relativos a classificação de IR e IPI por estimativa.

Houve elevação de R\$ 23,1 bilhões (23,2%) nas transferências a Estados e Municípios no período de janeiro a setembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/out.)	2,77%	3,12%
CIDE-Combustíveis	0,05%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,05%
Demais	0,83%	0,88%
Total	3,72%	4,10%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/11	SET/11
Pessoal e Encargos	13.501,5	13.705,2
Custeio e Capital	19.965,0	20.158,4
Despesas do FAT	3.113,7	3.242,3
Subsídios e Subvenções	588,6	501,8
LOAS/RMV	2.092,8	2.098,6
Outras	14.169,8	14.315,6
Transferência ao Bacen	187,0	181,3

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ²	AGO/11	SET/11
Agricultura	104,4	65,1
Custeio Agropecuário	0,0	0,0
Investimento Rural	-15,9	0,0
Preços Agrícolas	-34,5	15,4
- EGF	0,0	0,0
- AGF	-34,5	-14,6
- Sustent. de preços	0,0	30,0
Pronaf	-1,8	10,7
Pesa	23,1	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	132,4	37,1
FUNCAFE	1,2	1,9
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	56,2	57,0
PSI	0,0	0,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-6,5	-4,3
Exportação (Proex)	62,7	61,4
Total	160,6	122,1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/11	SET/11
Precatórios e Sentenças	38,9	45,3
Legislativo	112,5	96,1
Judiciário	458,5	468,2
Crédito Extraordinário	305,4	319,9
PAC	1.856,1	1.258,9
Outras	151,5	114,2
Discricionárias	11.246,8	12.013,1
d/q Min. da Saúde	4.416,1	4.988,0
Min. do Des. Social	1.750,4	1.688,8
Min. da Educação	1.907,5	1.792,4
Min. da Defesa	980,9	1.108,4
Min. da Ciência e Tec.	401,8	349,7
Min. do Des. Agrário	288,4	154,5
Min. da Justiça	213,5	207,5
Min. da Previdência	190,2	145,5
Min. dos Transportes	51,8	81,8
Min. das Cidades	40,2	108,5
Derais	1.006,0	1.387,9
Total	14.169,8	14.315,6

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 34,0 bilhões, contra R\$ 33,7 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de R\$ 391,3 milhões (1,2%). Essa evolução decorreu principalmente do aumento de R\$ 203,7 milhões (1,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, de R\$ 145,8 milhões nas outras despesas de custeio e capital (1,0%), e de R\$ 128,6 milhões (4,1%) nas despesas do FAT.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais atingiram R\$ 13,7 bilhões em setembro, frente a R\$ 13,5 bilhões registrados em agosto. O pagamento de sentenças judiciais e precatórios atingiu R\$ 161,7 milhões em setembro, apresentando aumento de R\$ 106,9 milhões em relação ao mês anterior.

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 20,2 bilhões em setembro, contra R\$ 20,0 bilhões em agosto (aumento de R\$ 193,4 milhões). As principais variações nesse grupo foram registradas: i) nas despesas do FAT (aumento de R\$ 128,6 milhões); ii) nas outras despesas de custeio e capital (aumento de R\$ 145,8 milhões); e iii) no gasto com subsídios e subvenções econômicas (diminuição de R\$ 86,8 milhões). As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar do mês anterior, em R\$ 2,1 bilhões.

As despesas do FAT totalizaram R\$ 3,2 bilhões em setembro, contra R\$ 3,1 bilhões em agosto, com aumento de R\$ 128,6 milhões. O pagamento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668/2011.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo de R\$ 145,8 milhões foi influenciado pelo aumento das despesas discricionárias em R\$ 766,3 milhões. Tal variação reflete o aumento das despesas dos Ministérios da Saúde (R\$ 572,0 bilhões) e da Defesa (R\$ 127,5 milhões). O Ministério do Desenvolvimento Agrário apresentou redução de R\$ 133,9 milhões em suas despesas, frente ao mês de agosto.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,63% do PIB, contra 12,44% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se decréscimo de R\$ 15,3 bilhões (4,6%) em relação a 2010, decorrente da redução de R\$ 27,7 bilhões (13,0%) nas Despesas de Custeio e Capital, em função das despesas com capitalização da Petrobras no valor de R\$ 42,9 bilhões verificada em 2010, sem contrapartida em 2011.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 7,94% para 6,19% do PIB (decréscimo de 1,75 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 1,60 p.p. na rubrica Capitalização da Petrobras; ii) decréscimo de 0,20 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; iii) aumento em 0,02 p.p. nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; e, iv) crescimento de 0,03 p.p. nas despesas do FAT. As despesas com LOAS/RMV mantiveram-se no mesmo patamar quando expressas em proporção do PIB.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,07 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,47% em 2010, para 4,40% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 11,8 bilhões. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 5,0 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 4,2 bilhões no mesmo período de 2010.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 7,6 bilhões em 2011, contra R\$ 6,3 bilhões no mesmo período de 2010. O crescimento de R\$ 1,3 bilhão no período decorreu, principalmente, do crescimento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 1,9 bilhão), das subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 922,3 milhões), do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R\$ 429,0 milhões) e do Proex (R\$ 435,2 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 1,8 bilhão), com o Reordenamento de Passivos (R\$ 431,7 milhões), com o Programa de Fundo da Terra/Inkra (R\$ 300,3 milhões), e com Programa de Sustentação de Preços (R\$ 473,6 milhões).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,0 bilhões (12,2%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada: 1) pelos reajustes no salário mínimo em 2011, de 5,9% no mês de janeiro (MP nº 516/2010) e de 0,9% no mês de março (Lei nº 12.382/2011); e 2) pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 6,8% no período de janeiro a setembro de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 15,2 bilhões no período de janeiro a setembro de 2011 frente ao mesmo período de 2010, reflexo de R\$ 42,9 bilhões relativos à capitalização da Petrobras em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	12,44%	10,63%
Pessoal e Encargos	4,47%	4,40%
Custeio e Capital	7,94%	6,19%
Despesas do FAT	0,84%	0,87%
Subsídios e Subvenções ¹	0,24%	0,25%
Capitalização da Petrobras	1,60%	0,00%
Outras	4,65%	4,51%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,07 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹ OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	3.827,2	3.763,1
Custeio Agropecuário	40,2	488,2
Investimento Rural	-1,5	23,8
Preços Agrícolas	2.474,0	125,4
- EGF	88,5	42,0
- Sustent. de preços	1.109,6	636,0
Pronaf	296,7	2.161,8
Pesa	309,9	555,1
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Inkra	635,6	335,3
FUNCAFÉ	72,3	47,7
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-161,6	697,6
PSI	0,0	429,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-18,3	-23,2
Exportação (Proex)	-143,3	291,9
Total	3.665,6	4.460,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R\$ 3,7 bilhões (incremento de 25,9%) em relação ao exercício de 2010.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
set/01	1.275.824	-	436.702	-	839.122	-
set/02	1.425.843	12%	516.803	18%	909.040	8%
set/03	1.614.796	13%	617.997	20%	996.799	10%
set/04	1.853.064	15%	788.839	28%	1.064.225	7%
set/05	2.146.217	16%	985.984	25%	1.160.233	9%
set/06	2.364.966	10%	1.117.497	13%	1.247.469	8%
set/07	2.547.066	8%	1.224.488	10%	1.322.578	6%
set/08	2.776.984	9%	1.343.091	10%	1.433.893	8%
set/09	3.023.295	9%	1.472.877	10%	1.550.418	8%
set/10	3.260.610	8%	1.573.289	7%	1.687.321	9%
set/11	3.481.932	6,8%	1.650.343	5%	1.831.589	9%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL

BRASIL, JAN - SET (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.251,1	2.475,8
Legislativo	845,4	933,9
Judiciário	3.966,9	4.128,5
Crédito Extraordinário ¹	6.256,2	4.019,1
PAC ²	14.289,1	17.983,8
Outras ³	1.616,8	1.115,2
Discricionárias	95.368,8	102.274,7
d/q Min. da Saúde	38.648,9	41.786,1
Min. do Des. Social	12.584,7	14.420,4
Min. da Educação	13.955,9	15.739,2
Min. da Defesa	8.468,7	9.190,8
Min. da Ciência e Tec.	3.078,5	3.112,8
Min. do Des. Agrário	1.832,2	1.406,4
Min. da Justiça	2.274,6	1.958,4
Min. da Previdência	1.551,6	1.464,0
Min. dos Transportes	805,1	727,5
Min. das Cidades	919,2	623,7
Demais	11.249,5	11.845,4
Total	124.594,3	132.931,0

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

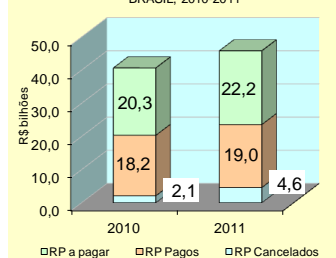
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 8,3 bilhões (6,7%) entre janeiro e setembro de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 6,9 bilhões (7,2%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 3,7 bilhões (25,9%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 2,2 bilhões, 35,8%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 818,4 milhões). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 3,1 bilhões), da Educação (R\$ 1,8 bilhão) e do Desenvolvimento Social (R\$ 1,8 bilhões). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 31,3 bilhões, apresentando redução de 2,7% em relação ao mesmo período de 2010.

Quanto aos gastos discricionários, destacaram-se os crescimentos dos dispêndios dos seguintes projetos/atividades em relação ao ano de 2010: i) Transferência de renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza (R\$ 2,0 bilhões); ii) Atenção à saúde da população para procedimentos de alta e média complexidade (R\$ 1,3 bilhão); iii) Apoio para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais (R\$ 465,8 milhões) e Piso de atenção básica variável – Saúde da Família (R\$ 440,9 milhões).

O montante de restos a pagar (RP) pagos até setembro de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 19,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,9 bilhões), da Saúde (R\$ 3,4 bilhões), da Defesa (R\$ 3,3 bilhões), e da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,2 bilhão).

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR
BRASIL, 2010-2011**


Em setembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 9,4 bilhões, contra um déficit de R\$ 3,9 bilhões em agosto. Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social. Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 4,9 bilhões, passando de R\$ 39,8 bilhões de janeiro a setembro de 2010, para R\$ 34,9 bilhões no mesmo período de 2011.

Previdência Social

Em setembro, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 9,4 bilhões, contra déficit de R\$ 3,9 bilhões em agosto. No período janeiro a setembro de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 1,17% do PIB, frente a um déficit equivalente a 1,48% do PIB registrado em igual período de 2010.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO	SET	JAN - SET	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	20.450,9	19.793,4	145.960,9	170.112,1
Arrecadação Bruta	22.651,5	22.131,0	162.524,8	190.024,0
- Contribuição Previdenciária	20.215,3	19.747,8	146.879,1	170.657,4
- Simples	2.143,5	2.203,6	13.689,6	17.508,2
- CFT	21,6	21,8	397,2	290,6
- Depósitos Judiciais	260,4	148,4	1.463,0	1.476,6
- Refis	10,7	9,4	95,9	91,3
(-) Restituição/Devolução	-140,9	-226,8	-444,5	-780,0
(-) Transferências a Terceiros	-2.059,7	-2.110,8	-16.119,4	-19.131,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	24.376,9	29.143,8	185.728,9	204.999,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.926,0	-9.350,4	-39.767,9	-34.887,3
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,48%	-1,17%

No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 19,8 bilhões, apresentando redução de R\$ 657,5 milhões (3,2%) frente aos ingressos líquidos de agosto. Comparativamente ao acumulado de janeiro a setembro de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R\$ 24,2 bilhões (16,5%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e agosto de 2011 foi 15,84% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em setembro, totalizaram R\$ 29,1 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 4,8 bilhões (19,6%) em relação a agosto. Essa elevação se explica, sobretudo, pelo pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, a cerca de metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. Aproximadamente metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo já havia recebido no mês anterior (agosto) tal parcela antecipada do abono anual.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	145.960,9	170.112,1	16,5%
Urbano	142.467,8	166.172,2	16,6%
Rural	3.493,2	3.939,9	12,8%
Benefícios	185.728,9	204.999,4	10,4%
Urbano	144.752,6	160.105,9	10,6%
Rural	40.976,3	44.893,5	9,6%
Res. Primário	-39.767,9	-34.887,3	-12,3%
Urbano	-2.284,8	6.066,2	-365,5%
Rural	-37.483,1	-40.953,6	9,3%

Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a setembro de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 19,3 bilhões (10,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 49,04 (6,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 921,3 mil (3,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 539,7 mil aposentadorias (3,5%), 169,7 mil pensões por morte (2,6%) e 194,6 mil benefícios de auxílio-doença (16,0%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-SET			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,8	24,7	3,9%
Valor médio RGPS**	757,2	806,2	6,5%

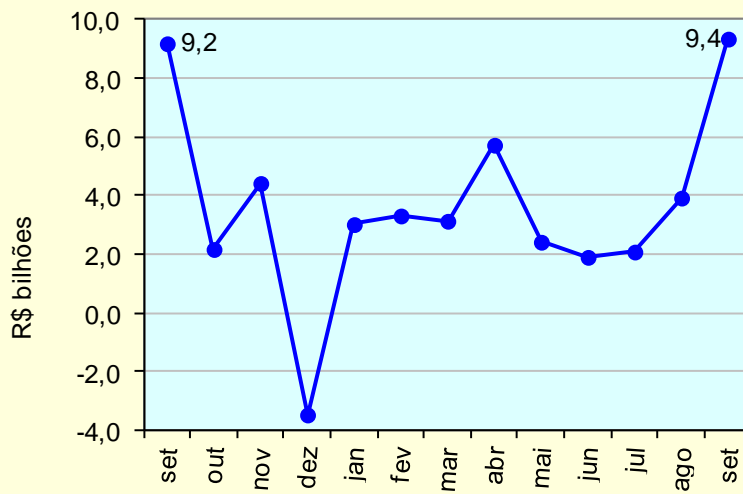
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

TABELA 3				
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
BRASIL, 2010-2011				
	Em mil benefícios			
	AGO	SET	JAN - SET	
	2011	2011	2010	2011
Benefícios do RGPS	24.945	24.991	23.781	24.703
Previdenciários	24.109	24.157	22.988	23.875
Aposentadorias	15.949	15.997	15.275	15.807
Idade	8.350	8.376	7.973	8.271
Invalidez	2.991	2.996	2.923	2.976
Tempo de contribuição	4.609	4.625	4.379	4.560
Pensão por morte	6.737	6.753	6.523	6.694
Auxílio-Doença	1.271	1.259	1.064	1.233
Salário - maternidade	86	82	72	77
Outros	66	66	55	63
Acidentários	836	834	793	828
Aposentadorias	172	172	162	169
Pensão por morte	124	124	126	125
Auxílio - doença	184	181	154	180
Auxílio - acidente	286	286	277	284
Auxílio - suplementar	70	70	73	71

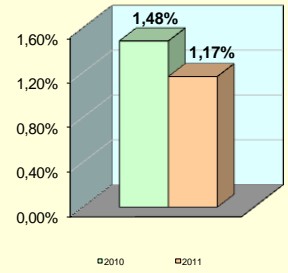
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,44%	5,69%
Urbano	5,31%	5,55%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,93%	6,85%
Urbano	5,40%	5,35%
Rural	1,53%	1,50%
Res. Primário	-1,48%	-1,17%
Urbano	-0,09%	0,20%
Rural	-1,40%	-1,37%

Como proporção do PIB, em relação a janeiro a setembro de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,24 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,08 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,48% para 1,17% do PIB, ou seja, 0,32 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

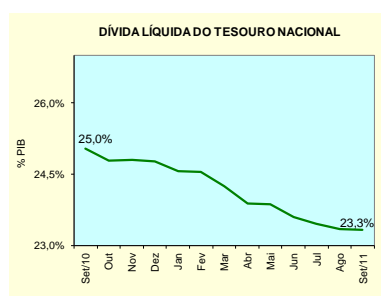
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010/2011



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)



Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 929,6 bilhões, o equivalente a 23,3% do PIB, reduzindo-se em 1,7 p.p do PIB em relação a setembro de 2010.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 929,6 bilhões em setembro, o equivalente a 23,3% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 6,9 bilhões, em termos nominais, consequência do incremento de R\$ 9,3 bilhões na Dívida Externa Líquida e da redução de R\$ 2,5 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida. Em proporção ao PIB, a DLTN manteve-se estável em relação ao mês anterior.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 SET	2011 AGO SET	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	798.942	847.738	845.276
I.1. Dívida Interna	2.210.320	2.387.596	2.430.981
I.2. Haveres Internos	1.411.379	1.539.858	1.585.705
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.501	75.012	84.330
II.1. Dívida Externa	91.764	75.435	84.821
II.2. Haveres Externos	263	423	491
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	890.443	922.750	929.606
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	25,0%	23,3%	23,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,7 p.p, passando de 25,0% em setembro de 2010, para 23,3% em setembro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 39,2 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 46,3 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e da redução de R\$ 7,2 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,3 p.p. do PIB em comparação a setembro de 2010.

No mês de setembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 845,3 bilhões, o equivalente a 21,2% do PIB. A variação de R\$ 2,5 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo aumento de R\$ 43,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo aumento dos haveres internos no valor de R\$ 45,8 bilhões.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,3 p.p., passando de 22,5% para 21,2%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 798,9 bilhões, em setembro de 2010, para R\$ 845,3 bilhões, em setembro de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 220,7 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 174,3 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

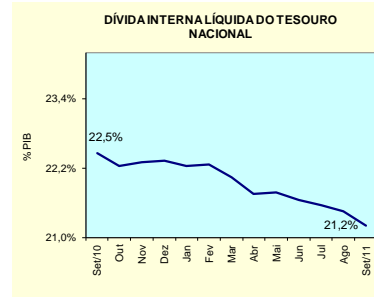
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA	2.210.320	2.387.596	2.430.981
I.1. Dívida Mobiliária	2.195.483	2.375.956	2.419.614
DPMFi em Poder do Público ¹	1.534.405	1.692.958	1.723.918
DPMFi em Poder do Banco Central	684.898	711.319	723.191
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(23.820)	(28.321)	(27.496)
I.2. Demais Obrigações Internas	14.837	11.640	11.368
II. HAVERES INTERNOS	1.411.379	1.539.858	1.585.705
II.1. Disponibilidades Internas	360.936	403.164	434.457
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	457.075	480.494	483.523
II.3. Haveres da Administração Indireta	231.334	250.632	252.968
II.4. Haveres Administrados pela STN	362.033	405.568	414.757
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	798.942	847.738	845.276
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	22,5%	21,4%	21,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em setembro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês anterior, cresceu R\$ 43,7 bilhões em termos nominais e 0,6 p.p. em proporção do PIB. Essa variação da DPMFi pode ser explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 24,7 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 18,1 bilhões ocorrida no período. Em relação a setembro do ano anterior, houve aumento de R\$ 224,1 bilhões em termos nominais. Entretanto, em proporção do PIB, houve redução de 1,0 p.p., passando de 61,7% em 2010, para 60,7% do PIB em 2011.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento no mês de R\$ 31,0 bilhões, que está associado à emissão líquida de R\$ 13,3 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 17,7 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve aumento de R\$ 11,9 bilhões, devido à emissão líquida de R\$ 4,8 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 7,1 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, comparada ao mês anterior, houve aumento no estoque de LTN, R\$ 17,8 bilhões, de NTN-B em R\$ 8,5 bilhões, de NTN-F em R\$ 3,8 bilhões e de LFT em R\$ 173,6 milhões.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2010/2011

Título	R\$ bilhões		
	2010	2011	
	SET	AGO	SET
Em Poder do Público	1.534	1.693	1.724
LFT	503	560	561
LTN	337	348	366
NTN-B	357	433	441
NTN-C	62	61	62
NTN-F	239	256	260
Demais ¹	37	34	35
Aplic. em Tít. Púb.	-24	-28	-27
Na carteira do BCB	685	711	723
Total	2.195	2.376	2.420
% PIB	61,7%	60,1%	60,7%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2010/2011			
R\$ bilhões			
Entidade	2010		2011
	SET	AGO	SET
FAT	143,3	151,9	152,8
Fundos Regionais	56,3	63,2	63,7
Demais	31,7	35,5	36,4
Total	231,3	250,6	253,0

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, SET/2011

R\$ bilhões

Título	Saldo Ago/11	Fatores de Variação ¹			Saldo Set/11
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.693,0	23,8	(10,5)	17,7	1.723,9
LFT	560,4	1,5	(6,5)	5,2	560,6
LTN	347,8	14,8	(0,3)	3,3	365,6
NTN-B	432,8	5,5	(1,0)	3,9	441,3
NTN-C	61,3	0,0	(0,7)	1,0	61,7
NTN-F	256,3	1,3	(0,0)	2,5	260,2
Demais ⁴	34,3	0,5	(1,9)	1,7	34,6
Na carteira do BCB	711,3	4,8	0,0	7,1	723,2
Total	2.404,3	28,6	(10,5)	24,7	2.447,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
³ Refere-se aos juros apropriados por competência.
⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 45,8 bilhões em relação ao mês anterior. Esse comportamento reflete o crescimento de R\$ 31,3 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 9,2 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R\$ 3,0 bilhões nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 2,3 bilhões nos haveres da administração indireta.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2010/2011			
R\$ bilhões			
Discriminação	2010		2011
	SET	AGO	SET
Lei 9.496/97	337,0	361,5	363,6
MP 2.185/01	53,5	58,5	58,9
Lei 8.727/93	34,8	30,5	30,1
Antecipação de Royalties	10,1	9,0	9,0
Bônus Renegociados	5,6	4,7	5,5
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0
Demais Haveres	16,0	16,3	16,3
Total	457,1	480,5	483,5
% PIB	12,9%	12,2%	12,1%

Em relação aos haveres administrados pela STN, o aumento de R\$ 9,2 bilhões deve-se à elevação de R\$ 5,6 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica e de R\$ 2,4 bilhões nos haveres de operações estruturadas.

Quanto aos haveres da administração indireta, o aumento de R\$ 2,3 bilhões deve-se ao acréscimo de R\$ 962,2 milhões no saldo dos Fundos diversos e de R\$ 881,0 milhões nos haveres do FAT.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, houve aumento de R\$ 2,6 bilhões nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001.

Dívida Externa Líquida

Em setembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 84,3 bilhões, contra R\$ 75,0 bilhões, em agosto. Houve aumento de R\$ 9,3 bilhões em termos nominais e em 0,2 p.p. do PIB. Essa variação reflete a variação cambial no montante de R\$ 10,3 bilhões, a apropriação de juros no valor de R\$ 753,0 milhões e o resgate líquido de R\$ 1,6 bilhão.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA EXTERNA	91.764	75.435	84.821
I.1. Dívida Mobiliária	72.091	61.025	68.201
Euro	6.797	4.077	4.236
Global US\$	54.490	45.226	52.148
Global BRL	10.646	11.596	11.702
Demais	158	126	115
I.2. Dívida Contratual	19.673	14.410	16.620
Organismos Internacionais	16.750	10.371	12.047
Bancos Privados e Agências Governamentais	2.922	4.039	4.573
II. HAVERES EXTERNOS	263	423	491
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	263	423	491
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.501	75.012	84.330
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,6%	1,9%	2,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em setembro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 84,3 bilhões, equivalentes a 2,1% do PIB, valor inferior, em 0,5 p.p. do PIB, ao registrado no mesmo mês do ano anterior.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 7,2 bilhões, passando de R\$ 91,5 bilhões, em setembro de 2010, para R\$ 84,3 bilhões, em setembro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,5 p.p.

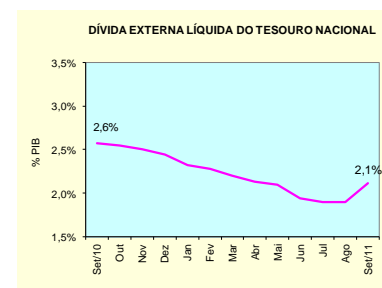


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, SET/2011

Discriminação	Estoque Ago/11	Fatores de Variação				Estoque Set/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	61.025	0	(1.499)	672	8.003	68.201
Global US\$	45.226	0	(1.225)	533	7.614	52.148
Euro	4.077	0	(243)	32	370	4.236
Global BRL	11.596	0	0	106	0	11.702
Demais	126	0	(31)	1	19	115
Dívida Contratual	14.410	53	(179)	81	2.256	16.620
Org. Internacionais	10.371	36	(118)	47	1.710	12.047
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.039	17	(61)	33	545	4.573
Total	75.435	52,7	(1.677,4)	753,0	10.258,5	84.821

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 80,4% (R\$ 68,2 bilhões) e a dívida contratual representa 19,6% (R\$ 16,6 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Setembro 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Set/2010	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2011
I. RECEITA TOTAL	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,5	83.665,4	90.139,5	74.965,2	78.476,1
I.1. Receitas do Tesouro	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,6	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3
I.1.1. Receita Bruta	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5
- Impostos	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.432,3	25.436,0
- Contribuições	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7
- Demais ¹	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4
I.2. Receitas da Previdência Social	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0
I.3. Receitas do Banco Central	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4	9.633,4
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0
II.4. Demais	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	129.343,9	62.337,8	58.452,5	81.205,5	75.320,8	51.129,2	63.061,2	74.957,2	59.318,5	69.680,7	77.799,4	60.776,8	68.842,7
IV. DESPESA TOTAL	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.958,2	61.118,9	48.594,2	54.080,7	59.411,4	55.153,1	59.093,4	66.459,7	58.309,2	63.467,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2	13.868,7	13.768,9	17.350,5	13.501,5	13.705,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9	29.143,8
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9
IV.3. Custeio e Capital	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.716,2	24.939,3	13.520,5	18.283,2	19.361,0	23.327,1	26.800,4	19.965,0	20.158,4	20.158,4
IV.3.1. Despesa do FAT	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3
- Abono e Seguro Desemprego	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0
- Demais Despesas do FAT	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	544,9	1.161,6	91,6	443,1	1.694,4	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.210,8	588,6	501,8
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,6
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	235,2	220,7	296,3	585,7	351,8	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	209,5	385,1	336,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	42.927,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.732,1	14.431,2	17.739,7	15.920,4	14.169,8	14.315,6
- Outras Despesas de Custeio	11.387,9	11.740,5	11.355,2	8.612,3	13.921,7	8.421,0	9.894,6	10.735,9	10.940,7	13.674,2	12.325,4	10.677,8	10.990,6
- Outras Despesas de Capital ⁶	4.247,2	3.891,1	3.718,3	7.284,4	5.299,5	1.515,0	3.570,4	2.996,1	3.490,5	4.065,5	3.595,1	3.492,0	3.325,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0	181,3
IV.5. Despesas do Banco Central	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8	278,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	26.018,2	7.797,3	1.028,7	14.247,2	14.201,9	2.535,0	8.980,5	15.545,8	4.165,4	10.587,3	11.339,7	2.467,6	5.375,4
VI.1. Tesouro Nacional	35.195,8	10.087,2	5.604,9	10.619,8	17.348,5	5.898,1	12.126,6	21.327,3	6.611,8	12.603,2	13.491,8	6.451,9	14.794,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-9.191,1	-2.172,6	-4.424,4	-3.474,8	-3.021,9	-3.315,6	-3.135,5	-5.729,5	-2.419,8	-1.903,8	-2.084,8	-3.926,0	-9.350,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-4.556,8	-1.692,9	-193,3	-8.783,1	-1.046,9	-942,1	-1.129,2	-910,6	-1.778,4	-2.360,7	-2.222,7	-1.719,4	-4.222,5
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-4.634,3	-3.865,6	-4.617,7	-5.308,3	-4.068,8	-4.257,7	-4.264,7	-4.818,9	-4.198,2	-4.264,5	-4.307,5	-5.645,5	-5.127,9
VI.3. Banco Central ⁹	13,6	-117,3	-151,8	152,6	-124,7	-47,5	-10,7	-52,0	-26,6	-112,0	-67,2	-58,3	-68,2
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	141,9	121,1	164,2	139,7	140,3	139,1	104,5	79,6	211,8	137,8	20,6	199,8	104,4
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-566,7	-685,5	462,0	1.017,2	-535,2	-143,8	590,7	-405,3	74,8	-1.021,2	-442,1	-636,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	25.593,5	7.233,0	1.654,9	15.404,2	13.807,0	2.530,3	9.675,7	15.220,1	4.452,1	9.704,0	10.918,2	2.031,0	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-9.393,9	-8.998,6	-11.631,0	-10.573,3	-14.830,9	-12.400,5	-13.644,9	-14.405,6	-17.409,6	-16.329,5	-16.755,4	-19.244,1	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	16.199,6	-1.765,6	-9.976,1	4.830,9	-1.023,9	-9.870,2	-3.969,2	814,4	-12.957,5	-6.625,5	-5.837,2	-17.213,1	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2	1.021,8
RMV ⁵	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7	145,0	143,3

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferre do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos previdenciárias.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Set/2010	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2011
I. RECEITA TOTAL	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,5	83.665,4	90.139,5	74.965,2	78.476,1
I.1. Receitas do Tesouro	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,6	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3
I.1.1. Receita Bruta	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5
I.1.1.1. Impostos	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0
IR	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,1	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3	16.159,8	15.873,1
IR - Pessoa Física	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4	1.719,3	1.563,8
IR - Pessoa Jurídica	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8	6.080,9	5.804,3
IR - Retido na Fonte	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0	8.359,6	8.505,0
IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7	5.076,6	5.330,6
IRRF - Rendimentos do Capital	1.270,9	1.853,3	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9	1.817,7	1.765,1
IRRF - Remessas ao Exterior	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1	884,8	789,1
IRRF - Outros Rendimentos	601,3	586,7	541,6	614,1	743,6	548,6	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4	580,5	620,2
IPI	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0	3.781,8	4.073,7
IPI - Fumo	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3	297,7	316,2
IPI - Bebidas	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5	263,7
IPI - Automóveis	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3	612,6	585,1
IPI - Vinculado a importação	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3	1.198,9	1.248,4
IPI - Outros	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9	1.441,0	1.660,3
IOF	2.200,5	2.874,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9	2.904,3	2.740,9
Imposto de Importação	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8	2.462,0	2.387,3
Outros	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9	10,2	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5	13,3	360,0
I.1.1.2. Contribuições	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7
COFINS	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6	13.834,0	13.529,7
CPMF	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2	7,9
CSLL	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3	3.335,1	3.088,4
CIDE-Combustíveis	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6	883,7	796,3	746,7	774,6	847,6	911,9
Pis/Pasep	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4	3.585,6	3.565,9
Salário Educação	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1	1.043,1	1.218,8
Outras	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2	373,7	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2	493,6	431,0
I.1.1.3. Demais	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8
CPSS ¹	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9	879,6	955,4
Cota parte de compensações financeiras	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0	1.415,5	5.001,9	1.415,5	1.415,5	1.417,3
Diretamente arrecadadas	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.776,2	2.401,9	2.596,4
Concessões	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7	11,4	14,6
Dividendos	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6	932,1	4.589,3
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0	2.478,5	2.147,8
I.1.2. (-) Restituições	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4
I.2. Receitas da Previdência Social	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4
Urbana	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4
Rural	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0
I.3. Receitas do Banco Central	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4	9.633,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0
II.4. Demais	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5
II.4.1. Salário Educação	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3	606,0	625,8
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3	2.967,3	934,7
II.4.3. Fundef/Fundeb	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7	634,0	0,0
II.4.4. Outras	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1	41,0

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2010	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2011
I. DESPESA TOTAL	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.958,2	61.118,9	48.594,2	54.080,7	59.411,4	55.153,1	59.093,4	66.459,7	58.309,2	63.467,3
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2	13.868,7	13.768,9	17.350,5	13.501,5	13.705,2
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	142,7	109,2	161,2	162,0	86,8	76,9	125,3	3.167,8	778,9	276,1	302,0	54,7	161,7
I.2. Benefícios Previdenciários	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9	29.143,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano²	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	356,2	266,3	275,0	277,1	174,7	143,4	219,5	2.514,9	234,8	322,4	292,1	407,3	337,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural²	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	85,0	74,3	80,4	76,2	49,8	40,2	62,2	706,6	66,2	90,8	82,3	137,3	80,9
I.3. Custeio e Capital	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.716,2	24.939,3	13.520,5	18.725,3	18.283,2	19.361,0	23.327,1	26.800,4	19.965,0	20.158,4
I.3.1. Despesa do FAT	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas³	544,9	1.161,6	91,6	443,1	1.694,4	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.210,8	588,6	501,8
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Pa	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,6
Equalização de custeio agropecuário	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1	0,0	178,4	138,4	3,1	93,1	45,0	0,0	0,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2	0,0	0,0	0,1	6,2	-12,4	22,7	-15,9	0,0
Política de preços agrícolas	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9	-347,6	39,0	-63,6	60,7	109,3	244,8	-34,5	15,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0	0,5	0,3	0,0	11,7	1,9	0,0	0,0
Equalização Aquisições do Governo Federal	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6	-91,4	-63,9	-69,3	57,6	84,9	-34,5	-14,6
Garantia à Sustentação de Preços	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0	0,0	130,0	0,0	130,0	40,0	158,0	0,0	30,0
Pronaf	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7	5,2	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9	-1,8	10,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5	0,0	8,1	161,4	117,1	291,0	542,6	0,0	0,0
Concessão de Financiamento ⁵	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3	1,7	5,5	23,2	22,3	-1,8	10,7
Proex	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7	-36,3	26,0	1,4	30,1	9,7	25,3	62,7	61,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3	1,7	46,7	24,0	0,7	59,2	29,0	0,9	99,8
Concessão de Financiamento ⁵	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4	-38,1	-20,7	-22,6	29,4	-49,5	-3,8	61,8	-38,5
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2	38,5	172,1	6,4	15,7	126,4	64,8	23,1	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7	22,2	33,2	25,6	18,9	19,4	36,8	132,4	37,1
Funcafé	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6	12,2	5,2	6,4	0,8	0,6	1,2	1,9
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0	-1,4	-0,9	-1,4	-1,2	-2,1	-3,4	-6,5	-4,3
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	43,4
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	235,2	220,7	296,3	585,7	351,8	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	209,5	385,1	336,2
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)⁷	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6
I.3.4. Capitalização da Petrobras	42.927,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.732,1	14.431,2	17.739,7	15.920,4	14.169,8	14.315,6
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9	32,3	42,6	77,3	738,1	1.416,5	44,8	38,9	45,3
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1	505,9	561,3	572,1	610,3	596,1	569,2	571,0	564,3
Legislativo	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0	89,5	95,8	105,2	114,6	111,3	103,8	112,5	96,1
Judiciário	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1	416,4	465,5	466,9	495,7	484,9	465,4	458,5	468,2
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1	329,4	354,7	505,2	351,5	371,4	305,4	319,9
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,1	1.993,3	2.097,3	2.243,6	2.394,0	2.672,4	1.856,1	1.258,9
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2	116,4	84,8	110,4	121,0	137,9	136,8	151,5	114,2
I.3.5.6. Discricionárias	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.447,2	10.453,5	10.520,3	10.213,0	12.843,6	12.125,7	11.246,8	12.013,1
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0	181,3
I.5. Despesas do Banco Central	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8	278,6
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2	1.021,8
RMV ⁷	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7	145,0	143,3

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Set/2010	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	73.289,8	67.718,2	80.502,3	108.491,5	60.929,8	85.175,1	73.618,1	80.507,7	87.599,8	77.869,6	82.379,2	92.462,9	78.561,3
I.1 - Recolhimento Bruto	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	68.082,2	53.431,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.477,0	1.877,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0
I.5 - Receita do Salário Educação	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4	22.028,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	64.938,1	71.387,8	86.341,4	80.653,6	105.092,1	80.356,4	76.138,9	80.265,4	88.489,8	82.913,9	94.114,2	91.533,3	78.326,6
II.1 - Liberações Vinculadas	13.036,2	15.414,3	16.410,9	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4	19.704,7	16.869,8	15.827,0	17.659,0	13.578,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	650,0	1.137,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4	3.429,5
II.2 - Liberações Ordinárias	51.901,9	55.973,5	69.930,4	61.140,5	83.182,0	60.415,4	62.527,7	62.267,1	68.785,1	66.044,1	78.287,2	73.874,3	64.748,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.290,5	14.628,0	15.839,0	17.720,2	14.847,3	18.336,7	14.972,2	14.886,0	15.146,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	108,0
i) Dívida Contratual Interna	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4	95,9
ii) Dívida Contratual Externa	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,9	12,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3	2.021,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.288,9	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.968,7	26.097,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.788,1	18.273,6	19.678,8	18.437,0	23.060,8	22.573,2	21.050,2	24.126,3	21.219,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	386,0	804,9	156,8	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	8.351,7	-3.669,6	-5.839,1	27.837,9	-44.162,3	4.818,7	-2.520,8	242,3	-889,9	-5.044,4	-11.735,0	929,6	234,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	35.096,9	47.304,3	20.936,5	23.959,7	37.397,4	33.760,5	38.238,5	49.525,2	39.214,5	38.019,8	38.671,5	22.800,8	22.806,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.454,1	1.317,7
V. DESPESAS	36.140,3	42.237,3	5.699,1	14.036,8	96.816,4	1.091,4	26.283,3	22.785,7	37.333,0	16.631,9	103.978,9	734,4	7.080,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.819,0	16.222,8	101.822,9	322,4	7.051,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,8
V.1.2 - Dívida Contratual	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,6	236,2	237,7	244,3	250,1	240,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	310,4	8.495,5	16.701,6	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5	1.992,3	20.788,3	-64.003,0	21.274,4	14.678,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	31.272,6	4.621,1	10.348,5	41.662,1	-115.529,2	39.882,4	11.991,9	36.841,8	-3.395,4	9.679,2	-91.492,2	42.101,3	24.706,5

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2010	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	23.964,3	3.223,7	3.680,0	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	9.519,9	8.335,7	36.014,6	22.905,3	8.745,8
I.1. Emissão de Títulos	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8	3.766,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	171,0
I.4. Resultado do Banco Central	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	0,0	2.729,8	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4	13.906,9	15.000,0	50.464,4	3.800,0	0,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0	0,0
III. RESULTADO (I - II)	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/10	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	798.941,5	801.837,8	814.042,8	820.499,3	825.378,0	835.141,9	832.936,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.718,9	847.738,2	845.275,9
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3
DPMFi em Poder do Banco Central	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6
Demais Obrigações Internas	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9
I.2. HAVERES INTERNOS	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.947,7	1.539.858,0	1.585.705,5
Disponibilidades Internas	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	434.457,4
Haveres junto aos Governos Regionais	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5
Haveres da Administração Indireta	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.604,3	250.631,5	252.967,6
Haveres Administrados pela STN	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.501,1	91.954,7	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,0	84.330,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3
Dívida Mobiliária	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2
Dívida Contratual	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1
II.2. HAVERES EXTERNOS	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	890.442,7	893.792,5	905.226,9	910.289,4	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	918.993,7	922.750,2	929.606,0
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	25,0%	24,8%	24,8%	24,8%	24,6%	24,5%	24,2%	23,9%	23,9%	23,6%	23,5%	23,3%	23,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/10	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3
LFT	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9
LTN	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4
NTN-B	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3
NTN-C	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.667,8
NTN-F	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6
Divida Securitizada	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4	8.982,5
Demais Títulos em Poder do Público	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8	25.610,8
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8
LFT	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0
LTN	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9
II. DÍVIDA EXTERNA	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2
Euro	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.236,1
Global US\$	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0
Global BRL	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6	11.701,9
Demais Títulos Externos	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1
Organismos Multilaterais	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,9
Credores Privados e Ag. Governamentais	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	2.302.083,8	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.305,7	2.463.030,7	2.515.802,7
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹²	64,7%	64,5%	64,4%	65,0%	62,3%	62,9%	63,1%	63,9%	63,5%	64,2%	61,7%	62,3%	63,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/10	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/11
I. HAVERES INTERNOS	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.947,7	1.539.858,0	1.585.705,5
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	434.457,4
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5
Bônus Renegociados	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2	5.505,0
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0	1.934,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9	11.858,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4	30.140,7
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8	363.607,3
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2	58.483,9	58.939,8
Antecipação de Royalties	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4	9.018,2
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1	2.519,9
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.604,3	250.631,5	252.967,6
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8	152.804,8
Fundos Constitucionais Regionais	56.288,9	56.860,0	57.494,7	57.973,3	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.616,4	63.241,9	63.734,8
Fundos Diversos	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	35.465,8	36.427,9
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4	5.699,0
Haveres de Operações Estruturadas	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8	56.650,8
Haveres Originários de Privatizações	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2	8.210,5
Haveres de Legislação Específica	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9	317.162,6
Demais Haveres Administrados pela STN	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0	27.034,0
II. HAVERES EXTERNOS	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.411.641,1	1.432.674,0	1.446.553,8	1.477.733,7	1.401.241,0	1.439.303,3	1.468.920,0	1.525.429,2	1.525.772,8	1.582.221,8	1.499.311,9	1.540.280,5	1.586.196,7
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	39,7%	39,7%	39,6%	40,2%	37,8%	38,4%	38,9%	40,0%	39,6%	40,6%	38,3%	39,0%	39,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO SETEMBRO 2011/2010 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	33.454,3	6.748,9	6.643,1	18.105,4	24.748,6	207.035,0	32.970,5	10.714,8	10.695,57	38.601,6	49.297,1
Senado Federal	60.063,0	18.160,5	4.328,3	4.328,3	6.432,3	10.760,6	57.216,5	10.243,5	3.176,0	3.141,7	18.577,3	21.719,0
Tribunal de Contas da União	59.523,7	35.570,8	9.116,6	9.068,9	22.261,1	31.330,0	47.292,1	19.916,8	5.705,8	5.705,8	34.118,0	39.823,8
Supremo Tribunal Federal	53.195,1	8.788,8	2.979,6	2.976,3	9.166,2	12.142,6	52.628,3	6.919,5	2.544,2	2.537,7	17.487,3	20.024,9
Superior Tribunal de Justiça	19.949,9	6.318,3	4.368,1	4.365,1	16.902,3	21.267,5	22.210,4	2.929,2	1.008,6	1.001,7	2.142,6	3.144,3
Justiça Federal	360.506,3	388.340,3	303.367,0	302.864,4	120.311,7	423.176,1	312.493,6	411.773,3	356.392,7	356.190,4	150.938,5	507.128,9
Justiça Militar	9.484,0	4.425,5	890,0	877,8	3.943,8	4.821,6	12.292,0	2.188,2	977,2	971,7	3.011,0	3.982,8
Justiça Eleitoral	488.882,2	178.557,2	85.184,0	72.110,5	320.953,9	393.064,4	253.968,2	40.015,5	10.810,6	10.216,2	169.699,7	179.915,9
Justiça do Trabalho	190.741,0	91.525,9	37.238,6	31.255,5	104.118,5	135.374,0	308.401,9	109.428,1	36.658,0	34.863,2	117.937,7	152.800,8
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	46.936,2	10.193,1	5.145,9	5.128,4	27.706,9	32.835,3	120.571,4	32.881,0	5.326,7	5.325,4	23.908,0	29.233,4
Conselho Nacional de Justiça	46.253,0	5.416,4	3.885,7	3.883,9	37.217,9	41.101,8	70.173,2	11.233,6	5.387,8	5.387,7	59.438,6	64.826,2
Presidência da República ³	1.965.183,6	705.881,3	157.322,0	156.910,1	523.199,2	680.109,3	1.620.826,0	348.704,5	121.562,7	107.768,4	513.959,8	621.728,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	764.103,8	96.879,1	64.250,4	64.128,5	250.693,1	314.821,6	150.256,6	6.186,1	1.101,1	1.021,3	246.274,4	247.295,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.568.977,8	741.804,4	136.114,9	77.203,9	328.797,7	406.001,6	1.212.294,4	85.319,7	64.147,5	43.178,5	593.492,9	636.671,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.917.160,8	931.547,0	322.115,7	296.781,4	307.729,5	604.510,9	1.294.797,0	573.256,6	244.810,4	169.201,6	481.912,7	651.114,3
Ministério da Fazenda	1.063.445,3	100.349,3	31.348,0	30.304,9	176.065,5	206.370,4	1.547.460,2	505.823,2	215.943,1	215.445,2	560.727,8	776.173,0
Ministério da Educação	7.267.614,5	3.680.733,1	1.465.273,3	1.330.998,9	2.921.633,5	4.252.632,4	9.240.968,0	4.151.532,3	1.313.718,7	1.271.776,8	3.673.601,1	4.945.377,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	30.850,6	5.464,3	5.339,9	13.012,3	18.352,2	67.405,3	8.572,5	4.609,8	4.264,8	13.715,6	17.980,4
Ministério da Justiça	1.263.371,1	278.681,6	88.523,4	80.250,3	333.109,7	413.359,9	1.524.848,0	105.104,0	52.729,1	49.945,8	366.577,2	416.523,0
Ministério de Minas e Energia	185.803,9	23.063,5	11.437,8	10.600,0	24.406,6	35.006,6	198.523,1	17.738,2	8.035,2	7.920,0	27.736,2	35.656,2
Ministério da Previdência Social	182.063,7	48.912,2	24.365,4	22.227,0	267.196,0	289.423,0	138.656,7	30.034,8	7.117,3	5.634,4	149.946,5	155.581,0
Ministério Público da União	161.765,6	27.902,4	9.413,5	9.257,5	89.912,4	99.169,9	299.077,5	44.227,6	17.659,9	17.613,0	116.091,4	133.704,4
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	30.937,0	26.989,8	26.989,8	3.294,1	30.283,8	66.965,0	9.930,9	9.463,6	9.463,6	1.303,4	10.767,0
Ministério da Saúde	4.702.061,7	1.721.605,5	459.965,2	457.768,5	1.411.056,9	1.868.825,3	5.104.110,3	1.180.254,0	303.274,6	300.829,9	1.460.264,5	1.761.094,5
Ministério do Trabalho e Emprego	44.422,3	6.656,6	2.247,4	2.239,7	25.932,8	28.172,5	93.560,6	11.214,0	3.393,4	3.366,6	20.081,5	23.448,2
Ministério dos Transportes	16.391.707,6	10.783.306,3	3.531.584,8	2.993.221,9	5.265.470,0	8.258.691,8	17.437.609,4	9.103.333,5	2.880.008,9	2.817.987,2	5.928.896,4	8.746.883,6
Ministério das Comunicações	46.941,4	13.405,2	3.084,8	3.084,8	14.190,5	17.275,2	348.751,4	68.662,5	6.285,5	6.159,1	315.703,0	321.862,0
Ministério da Cultura	450.417,3	150.166,0	28.403,8	28.217,4	54.671,2	82.888,6	559.202,7	26.345,8	5.151,1	5.077,1	71.918,3	76.995,4
Ministério do Meio Ambiente	109.337,2	18.105,3	4.171,2	4.166,7	27.885,9	32.052,6	290.897,4	8.320,2	7.906,4	8.320,2	84.628,9	92.533,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.878.372,4	902.413,8	500.057,2	495.576,8	429.371,0	924.947,9	1.850.645,9	505.849,9	338.076,5	338.028,8	418.785,9	756.814,7
Ministério do Esporte	1.353.415,3	496.747,1	13.821,0	13.821,0	224.235,1	238.056,2	1.441.920,3	61.631,6	2.779,8	2.779,8	96.120,7	98.900,5
Ministério da Defesa	9.641.945,3	4.495.921,3	2.643.161,6	2.614.908,5	1.891.654,9	4.506.563,4	6.952.299,3	3.892.694,0	1.633.377,8	1.586.152,5	3.413.747,1	4.999.899,7
Ministério da Integração Nacional	7.302.042,9	3.896.727,2	1.499.982,9	1.469.905,2	1.981.277,4	3.451.182,6	5.073.549,0	1.200.178,3	497.789,1	487.561,9	1.393.940,8	1.881.502,6
Ministério do Turismo	3.215.866,8	1.446.104,8	28.201,2	27.687,4	455.749,8	483.437,2	2.644.014,8	31.657,5	672,4	672,4	349.441,9	350.114,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	361.255,8	199.724,7	120.672,5	120.116,7	61.538,0	181.654,7	223.741,0	106.333,6	53.861,7	53.861,7	102.199,0	156.060,7
Ministério das Cidades	8.210.494,0	3.667.786,5	1.252.901,7	1.247.177,0	2.342.022,4	3.589.199,4	7.624.020,1	1.757.607,5	355.443,1	332.605,4	1.965.604,4	2.298.209,8
Ministério da Pesca e Agricultura	465.301,0	90.732,6	22.525,0	22.525,0	45.601,1	68.126,1	286.369,5	17.649,0	185,0	185,0	63.285,1	63.470,2
Conselho Nacional do Ministério Público	465.301,0	1.037,9	864,2	864,2	-	864,2	62.986,3	265,6	36,9	36,9	854,0	890,9
TOTAL	72.951.353,6	35.368.733,6	12.917.515,7	12.055.775,2	20.156.826,6	32.212.601,8	68.820.038,4	24.603.843,4	8.588.255,7	8.282.481,2	23.066.670,8	31.349.151,9

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 9 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Setembro / 2011

Comentários

Em setembro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -20,2 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.042.770,4 (mil), ante R\$ 7.569.248,6 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2010			2011			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Set/2011 Ago/2011	Set/2011 Set/2010	Jan-Set/2011 Jan-Set/2010
FPM	3.466.376,2	2.893.616,1	29.283.516,7	3.870.638,6	3.090.053,1	36.969.633,9	-20,2%	6,8%	26,2%
FPE	3.312.314,8	2.765.010,8	27.982.025,7	3.698.610,1	2.952.717,3	35.326.537,7	-20,2%	6,8%	26,2%
IPI-Exp	252.120,3	251.513,9	2.079.992,6	272.678,0	252.779,6	2.457.298,2	-7,3%	0,5%	18,1%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
SETEMBRO	- 26 %	-20,2%	- 26 %	-20,2%	- 16 %	-7,3%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 9 %	+ 30 %	+ 17 %
IPI - EXP	+ 25 %	- 2 %	+ 12 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 22/08/2011 a 20/09/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
AGO/3º DEC	1.996.605	7.035.432	9.032.037	SET /1º DEC	1.553.510	1.625.767	159.728	3.339.005
SET/1º DEC	704.140	1.232.258	1.936.397	SET /2º DEC	333.060	348.552	56.331	737.943
SET /2º DEC	459.000	5.739.527	6.198.527	SET /3º DEC	1.066.147	1.115.735	36.720	2.218.601
TOTAL	3.159.745	14.007.216	17.166.961	TOTAL	2.952.717	3.090.053	252.780	6.295.550

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	15.321,3	101.012,5	31,1
ALAGOAS	AL	73.542,2	122.836,0	395,6
AMAZONAS	AM	45.694,0	82.392,6	2.605,0
AMAPÁ	AP	10.978,6	100.746,7	284,6
BAHIA	BA	283.515,6	277.443,2	15.323,2
CEARÁ	CE	161.182,0	216.637,9	2.013,7
DISTRITO FEDERAL	DF	5.187,3	20.379,7	319,6
ESPÍRITO SANTO	ES	53.145,4	44.290,8	12.366,9
GOIÁS	GO	112.757,0	83.948,7	4.167,2
MARANHÃO	MA	128.555,1	213.133,0	2.575,1
MINAS GERAIS	MG	404.869,7	131.528,8	33.127,2
MATO GROSSO DO SUL	MS	47.040,1	39.330,2	3.189,9
MATO GROSSO	MT	56.395,1	68.145,8	3.655,7
PARÁ	PA	112.433,7	180.470,1	11.291,4
PARAÍBA	PB	99.825,5	141.402,7	389,5
PERNAMBUCO	PE	155.016,8	203.743,4	1.576,9
PIAUÍ	PI	80.189,8	127.598,7	82,2
PARANÁ	PR	208.396,8	85.132,7	20.837,4
RIO DE JANEIRO	RJ	90.681,7	45.108,7	44.854,4
RIO GRANDE DO NORTE	RN	77.840,3	123.361,6	332,2
RONDÔNIA	RO	27.189,7	83.136,7	435,3
RORAIMA	RR	9.534,2	73.248,1	21,9
RIO GRANDE DO SUL	RS	209.345,5	69.530,6	27.660,9
SANTA CATARINA	SC	120.314,3	37.788,9	14.461,0
SERGIPE	SE	44.930,4	122.694,3	85,2
SÃO PAULO	SP	412.273,8	29.527,2	50.555,9
TOCANTINS	TO	43.897,2	128.147,9	140,6
TOTAL		3.090.053,1	2.952.717,3	252.779,6

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br